



## NOTA DE REPÚDIO

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) manifesta seu veemente repúdio à decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que autorizou a perfuração de um poço exploratório de petróleo na Foz do Amazonas, pela Petrobras. Este projeto de caráter predatório avança ignorando a voz, os direitos e as vidas dos povos indígenas, verdadeiros guardiões e defensores da floresta, cuja existência é fundamental para a manutenção da vida e do equilíbrio climático do planeta.

A aprovação de mais uma etapa desse projeto ocorre a 20 dias do início da COP30, que será realizada na Amazônia, e escancara ao mundo as contradições do Brasil no que diz respeito à política ambiental e climática. Ao mesmo tempo que cobra compromissos climáticos mais sérios dos outros países, o governo brasileiro investe na exploração de combustíveis fósseis em seu território - uma das principais causas da crise climática que assola o mundo.

Ao insistir na exploração de petróleo na Foz do Amazonas, o governo federal e seus órgãos de controle demonstram desrespeito à autonomia e autodeterminação dos povos indígenas, além de violar o direito à consulta prévia, livre e informada, garantido pela Convenção 169 da OIT. Essa decisão coloca em risco milhares de vidas indígenas, ao expor seus territórios, especialmente no Amapá, a graves impactos socioambientais, como a insegurança alimentar, conflitos territoriais, aumento de violência, desmatamento, invasão de terras, entre outras consequências irreversíveis para a vida e a cultura dos povos originários.

O avanço deste projeto representa uma grave violência contra os povos indígenas. A Coiab reivindica que o governo federal e a sociedade brasileira assumam o compromisso de defender os direitos dos povos indígenas do Amapá e de toda a Amazônia. Não é mais admissível permanecer em silêncio diante dos riscos que este projeto predatório impõe aos territórios indígenas, às comunidades locais e à integridade ambiental da região amazônica.

*“Esperamos que seja revista essa autorização, pois os nossos direitos não podem ser negociados. O direito de quem cuida e vive naquele território há milhares de anos não pode ser ignorado; um empreendimento como esse não pode passar por cima de nós como se a nossa vida não existisse. A Amazônia e seus povos não podem pagar a conta de uma ação de destruição que não é dela. Toda energia produzida por essas grandes empresas é direcionada para o sul, não acessamos essa energia, mas somos nós que*



*pagamos a conta quando nosso território é destruído e impactado pela crise climática” - Luene Karipuna, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Apoianp) - região do Oiapoque.*

## **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB**